



## **COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**

Gostava antes de mais de agradecer o convite para participar neste debate que me parece extremamente importante, tendo em conta a necessidade de garantir que o próximo quadro comunitário seja ainda mais potenciador de uma economia viva, antecipadora do futuro e com condições de competitividade que a tornem sustentável e dinâmica na conquista de novas oportunidades de negócio.

As três palavras-chave que servem de base a esta intervenção, correspondem a uma visão muito clara daquilo que serão os novos paradigmas económicos num futuro próximo: empresas com competências para antecipar e gerir oportunidades, num quadro que aposta claramente na pesquisa e na investigação e num cenário cada vez mais globalizado onde a internacionalização será cada vez mais quase que uma inevitabilidade. Neste quadro, o papel das estruturas da Economia Social é fundamental, dadas as potencialidades que encerram, quer do ponto de vista do conhecimento dos territórios, quer da capacidade de mobilização de sinergias quer da apetência para a inovação.

É por isso que o debate nacional relativo à programação do próximo acordo-quadro não poderá está dissociado do debate europeu sobre o papel da economia social como um dos principais motores do desenvolvimento económico e social na Europa. Segundo o Comité Economico e Social Europeu existem 2,8 milhões de entidades da economia social na Europa, que empregam 13,6 milhões de pessoas e representam 8% do PIB da EU.

Em Portugal, segundo a conta satélite da economia social apresentada pelo INE, dados de 2013 e apresentados em 2016, a economia social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado, As remunerações pagas pela Economia Social constituíram 5,2% do total das

remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média no conjunto da Economia.

São mais de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, o que é demonstrativo da heterogeneidade e da sua presença em múltiplas áreas de atividade.

A economia social reporta-se a uma ampla diversidade de empresas e organizações - cooperativas, mútuas, associações, fundações, instituições de proteção social, que compartilham valores e características comuns, tais como a primazia do indivíduo e do objetivo social sobre o capital, uma governação democrática e o reinvestimento da maior parte dos excedentes para realizar objetivos de desenvolvimento sustentável, serviços de interesse para os membros ou de interesse geral.

Podemos afirmar que o forte compromisso social que marca estas organizações na procura de respostas adequadas para os seus membros, é potenciador da procura de **soluções inovadoras** como resposta aos principais desafios económicos, sociais e ambientais do nosso tempo. O que é fundamental é que, muito mais do que o reconhecimento da importância do sector no discurso político, sejam desenhadas políticas que otimizem as condições naturais destas organizações para uma participação económica ainda mais significativa.

É por essa razão que defendemos que deverá ser assumido a elaboração de um plano de ação à dimensão europeia, constituindo-se como um instrumento fundamental para integrar sistematicamente a economia social nas diferentes políticas socioeconómicas da União Europeia. É essencial reconhecer a economia social como ator transversal nas principais políticas socioeconómicas da União Europeia e, naturalmente, do acordo quadro de estratégia nacional que Portugal irá adotar, contribuindo para a melhoria da **competitividade** e cooperação entre os agentes económicos, fundamentalmente, através da eliminação dos obstáculos que condicionam a atividade das entidades da economia social, a implementação de políticas fiscais incentivadoras ao crescimento do número de entidades, a organização de ações de formação dirigidas a empresários e trabalhadores da economia social para acompanhar a sua adaptação aos novos sectores sociais, económicos, tecnológicos ou ambientais em que desenvolvem as suas atividades e apostar no desenvolvimento de polos de I&D.

Pensamos ser muito importante criar um quadro político europeu para a economia social, a fim de reforçar a coerência, a complementaridade e a coordenação das diferentes políticas e regulamentos, respeitando o princípio da subsidiariedade e refletir os instrumentos estratégicos nacionais, promovendo um ecossistema favorável ao crescimento da economia social em Portugal, criando condições para permitir que as entidades da economia social aproveitem plenamente o mercado único e os fundos e instrumentos financeiros da EU, particularmente, o novo quadro financeiro plurianual e da estratégia “Portugal 2030”.

Em Portugal, no que se refere às cooperativas, mais do que uma afirmação da nossa natureza jurídica cooperativa em comparação com as demais famílias da ES, pensamos ser essencial a afirmação da ideia de uma economia social que cria valor social, valor económico e valor democrático. Enquanto Confederação cooperativa, não podemos deixar de afirmar a importância do cooperativismo, quer em termos do valor económico que representa, 11% do VAB da economia social, quer do ponto de vista dos valores sociais, de solidariedade e democraticidade. Importante sublinhar que perante uma crise profunda as cooperativas para além de manterem os postos de trabalho, foram criadoras líquidas de emprego. As cooperativas representam 11,3% do emprego remunerado de toda a economia social, o que demonstrativo da sua relevância. Do livro de Álvaro Garrido "uma história da Economia Social" retiramos uma frase de António Sérgio que reforçam esta ideia: "o cooperativismo para nós não é um dogma, uma doutrina fechada, uma fé fanática, algo exclusivista, absoluto, rígido, mas tão-só um método - e não o único - de resolver problemas de economia e de socializar a economia sem ser pela política.

Penso que devemos afirmar a necessidade de perceber as especificidades da economia social e permitir a construção de ferramentas e mecanismos que permitam a economia social, particularmente, o cooperativismo cumprir o seu desiderato. É fundamental que se retomem mecanismos de discriminação positiva, designadamente de âmbito fiscal, e que se garanta que as cooperativas possam aceder a programas vocacionadas para as pequenas e médias empresas em condições de paridade.

É essencial pensar nos mecanismos de financiamento e acesso ao crédito considerando que a banca comercial aplica ao sector social as mesmas regras que aplica ao sector privado lucrativo e que no acesso ao fundos comunitários, por exemplo, ao nível da Internacionalização, são criadas limitações ao acesso ao financiamento por parte das cooperativas, contrariando todo o debate europeu

relativo à afirmação da Economia social como fator chave para o desenvolvimento económico sustentável.

Pensamos que o quadro de financiamento plurianual e da estratégia Portugal 2030 deverá ser um suporte para o cumprimento do estabelecido na Constituição portuguesa apoiando o projeto cooperativo e social, através da aposta na educação para o cooperativismo, na aposta na diferenciação positiva através de um reforço do estatuto benefícios fiscais e contributivos, na aposta no apoio técnico e financeiro das cooperativas e na aposta ao nível da criação de emprego com medidas de apoio ao emprego, à formação e à requalificação dos profissionais.

E esperamos sobretudo que o legislador tenha em conta que os regulamentos e normas que está a criar têm destinatários concretos, que trabalham em territórios com problemas complexos que precisam de medidas simples. A carga burocrática do atual quadro é insuportável e tem efeitos nefastos na adequação dos projetos às necessidades no tempo certo.

Termino com uma citação do Professor Rui Namorado que, de algum modo, traduz a ideia de potencialidade que eu vejo na economia social:

*A Economia Social é já hoje uma constelação de esperanças. Pode mesmo dizer-se que a esperança é um dos seus verdadeiros princípios motores. Por isso, o realismo presente no quotidiano das organizações que a integram, não as impede de viverem em função de um futuro que se quer melhor. Na verdade, ela é uma constelação de esperanças, que busca a sua razão de ser em realidades e problemas concretos*

MUITO OBRIGADO!

Rogério Cação  
Presidente da Confecoop

